

O POVO

ÓRGÃO—NEUTRAL—DOS INTERESSES MORAIS E MATERIAIS DA PROVÍNCIA.

Assinaturas

POR UM MEZ..... 1\$000

Lei, Progresso, Liberdade.

Publicação

Uma vez por semana

Redactor e Editor—responsável—J. M. Velasco.

O POVO

Cuyabá 31 de Janeiro de 1879.

Relevem-nos o povo, porque escrevemos,—e especialmente aqueles que foram vítimas da ignorância, do espírito de *collegismo* e da cupidzade do bacharel Balbino Cezar de Mello, que somente hoje tratemos de um facto, á nosso ver, de summa gravidade,—e que, se d'elle não nos ocupassemos, passaria despercebido através da indifferença com que geralmente se encára as cousas publicas no Brasil e principalmente n'esta Província.

Referimos-nos ao acto de S. Ex. o Senr. Presidente da Província, negando-se á fazer publicar, como lhe cumpria o Decreto da Assembléa Provincial demittindo do cargo de Juiz substituto do de Direito d'esta Comarca especial, o bacharel Balbino Cezar de Mello, como incursão no grão maximo das penas do art. 142 do Código Criminal.

Para assim proceder, S. Ex. appcia-se em que, aguarda solução do Governo Imperial, á quem affectou o assumpto, por occasião da representação que ao mesmo dirigio aquele bacharel, quando pronunciado pela Assembléa, q'declarou—incompetente para conhecer da criminalidade do acto pelo qual estava sendo processado, sendo que por elle já havia sido julgado e punido *disciplinarmente* pela Relação do Distrito:—o que, segundo a opinião de S. Ex., suscita uma questão de prevenção de jurisdição, que afecta a legalidade do procedimento da Assembléa.

Nem, porém, as falsas ou capciosas razões com que motivou o bacharel pronunciado assim representação ao Governo Imperial justificam a opinião de S. Ex., cuja illustração e inteligencia são bastante conhecidas, nem essa opinião e o facto de ter sido submetido—o assumpto—á solução do mesmo Governo Imperial, justificam o procedimento da Presidência, veiente natural—e nestes casos—obrigado—das decisões da Assembléa.

Provamo-lo.

O Commandador Salomão Alves Corrêa apresenta à Assembléa Legislativa Provincial uma queixa—fun-

damentada—contra o bacharel Balbino Cezar de Mello, Juiz Substituto em exercicio pleno do de Direito d'esta Comarca, por crime de responsabilidade, classificado no art. 142 do Código Penal.

A Assembléa, uzando da atribuição que lhe confere o art. 11 §. 7º do Acto Adicional, considerando—inquestionavelmente—hem feita—aquele a classificação, toma conhecimento da queixa e instaura processo ao Juiz arbitrio e prepotente.

Tem—para a pratica da importante atribuição consagrada pelo citado artigo do Acto Adicional, que Constituição,—recursos, elementos, regras, formulas, ou o que melhor queiram, preestabelecidas em seu Regimento interno, que, apesar de não ser sujeito á sanção da Presidencia, é lei—e lei em vigor ha muitos annos—tendo sido julgada boa pelo Conselho de Estado e pela Assembléa Geral, à que foi remetida, como de direito, quando promulgada, e que contra ella nada diceram.

Em que pos'e baséa a alegada incompetência da Assembléa?

Será n'esse recurso ridículo—da *punição disciplinar*—pela Relação do Distrito,—com que o criminoso e imbecil bacharel pensa esquivar-se á accão da Justica?

Para os que não conhecem essa pretendida punição, vamos dizer em que consistio ella.

O Commandador Salomão, contra quem expedira o bacharel Balbino—uma ordem de prisão manifestamente ilegal e arbitria, requer, por intermedio de seu advogado, ao Tribunal da Relação uma ordem de *Habeas Corpus*.

A Relação concede-lha e—atmœsta o Juiz a que—para o futuro—na decretação de prisões tenha muito em vista o disposto no Código do Processo.

E cis a proclamada punição!...

Em que artigo do Código Penal está ella mencionada, só o sabe o bacharel Balbino.

Serão estes acaso os fundamentos da opinião de S. Ex. o Senr. Presidente da Província; estas—as causas por que julga—suscitada uma questão de prevenção de jurisdição, sobre a qual é miser que seja ouvida; e Go-

verno Imperial?

Não o cremos.

O facto de haver o Tribunal da Relação concedido *Habeas-Corpus* ao Commandador Salomão e—aconselhado—mais escrupulo ao bacharel Balbino, não o tornou mais legalmente competente que a Assembléa para conhecer do delicto d'esse bacharel—e muito menos arnuou qualquer procedimento futuro da Justica contra elle.

E uma consequencia logica e natural do *Habeas-Corpus*, a responsabilidade immediata da autoridade que delinquiu—de boa ou de má fé.

Se a Relação de Cuyabá não o tem até aqui entendido assim, não é n'esso intuito agora aprofundar-lhe as causas—e os effets.

Esta norma de conducta, porém, da Relação, não authorisa, não pôde authorizar, a opinião de que tal autoridade tenha segura a sua impunidade.

Não vemos pois em que esteja effectuada a legalidade do procedimento da Assembléa no caso vertente, nem que S. Ex., para acreditar—não se estende em outras razões que as analysadas,—e são as que siguiam conhecemos; por serem as unicas que encontramos no officio, de que tem uma còpia á vista, e no qual, por intermedio do Secretario da Presidencia, comunica á Assembléa—haver levado á consideração do Governo Imperial a duvida referida.

Quanto á recusa de fazer publicar o decreto de demissão do bacharel Balbino, ella importa uma põe levada contra o livre desenvolvimento de uma prerrogativa constitucional das Assembléas provincias, e, o que mais é, uma invasão de poderes—por quanto, sendo os decretos d'essas corporações,—quando funcionam como Tribunais de Justiça, verdictos e sentenças judiciarias,—e' o presidente—estas—produzir sens' de efeito, depois de publicadas, a recusa do presidente da Província em os fazer obter traduz o intento de sustentar os legítimos efeitos—e equivalente á vana real e inconstitucional suspeição de tres sentenças.

Para prová-lo praticamente bastaria tirar-se ás Assembléas o direito de as fazer—que si mesma—e' o

car, em face de recusa da Presidencia em cumprir esta obrigaçao, como no caso que impugnamos.

Se estamos em erro, s^r. Ex. que nos esclareça por intermedio do orgão oficial do Governo da Província o—ser-lhe-ímos grato.

Até h^o por m^o, é-nos licito protestar, como protestamos, contra a constitucionalidade do procedimento de S. M.—e contra o paço aprovado n'ella recolhido, porque nas nossas justificações mais importantes e mais garantidoras da liberdade e do progresso das províncias—cuja vitalidade e previdência se quer a cada transa absover em proveito da centralização.

J. A. Veloso.

Réchos da Ribeira

Do Oficio n. 177 de 1.^o de Janeiro corrente, extrahimos os seguintes trechos de artigo assinado—*O gabinete do capitolio*—, para os quais chamamos a atenção de S. M. o Sr. Presidente da Província—e quem pedimos, com todas as nossas forças,—energicas e imediatas providencias, que façam cessar o barbaro escândalo n'elles denunciado:

No dia do Nascimento de N. S. J. C. foi cumprido, com os preceitos que mandou as obras de misericórdia, visitar os sacerdos. Tenentes Iordâo e Alves, que se achão em trancamento na enfermaria da guarnição.

Compreendemos que viu centralizado o dia entre colchões cheios com palha de milho e os ocupantes rebangos, tendo por ver os ricos e os pobres da risca das cheias da matada-palha. Ningrando nenhuma, apreciam os antigos habitantes da p^a—que serviu outrora na enfermaria dos soldados em Assumpção.—Ferros e calçados por não ser um pedago de morte para esse dia. A sua canto e cantoria que causa agonia e cansaço da enfermaria, passaram-se por ali, por dia de um copo de manteiga e um califimbo intracomfuso no fôrco, os outros terão de vir para lá. —Talvez, louga, roupa da carne, fardas, &c., cause o risco de morte, mas para os primeiros que morrerem, o seu paço. Além disso, há berlus no fôrco, e os vistos à morte causam as suas execuções e, para evitá-las, o presidente que preside a comissão deve ouvir a p^a, e ao princípio tem de privatizar o desabrigamento, e dar-lhe, a uns, menos amigos, até

Valle de Josaphat!

«Ora, esses officiaes perderão os seus vencimentos quando estão ali tratando-se, portanto não é favor dar-lhes as comodidades higiênicas que convém.

«Nesta praga, há copos, bandejas, louça, talheres, toalhas, lavatórios, coleções, &c., &c., e tudo isso não montará em contos de reis; tanto mais quando é verdade haver verba suficiente para essa especialidade no ramo administrativo d'essa caixa.

«O que acabo de expôr é uma verdade e convido o público á inteiirar-se d'ella se quizer, indalli.»

Governo da Província.
Administração de S. Ex. o Sr. Dr. João José Pedrosa.—Expediente de dia 14 de Setembro do anno proximo-passado.

Ofícios.

Ao chefe de polícia.—Sci-ente pelo seu ofício n. 102, de 12 do corrente, de ter V. S. preso em flagrante, por crime de injuria verbal á sua pessoa, o tenente Alfredo de Souza Tavora, e de ter feito lavrar o respectivo auto circunstanciado, cabe-me declarar-lhe em resposta, que fico aguardando a solução do processo citado contra o referido oficial, para providenciar como exigir o caso, quando, entretanto, a determinar do comandante das armas que, durante a formação do processo, tenha-o resguardado no estabelecimento, até dar-se-lhe o conveniente destino.

—Ao comandante das armas Interino.—Estando o tenente Alfredo de Souza Tavora sujeito a processo por crime de injuria verbal á pessoa do chefe de polícia da província, e devendo ser elle conservado preso durante a formação do mesmo processos, e, atingir-se-lhe o conveniente destino, assim o declaro a V. S. para seu conhecimento e devida execução.

Transcrevendo da parte oficial da Administração da Província, os dous ofícios supra,—é nosso encargo d'elles a maior publicidade, e, só, para que elle seja completa ao menos em todo o Império do Brasil, rogamos encarecidamente ás illustres redacções á que temos a honra de remitter o nosso bulzil de periódico,

que os transcrevam em seus constituídos órgãos,—adindo-lhos, se julgarem necessário, a seguinte ligeira exposição (à que por em quanto nos força a carença de espaço) dos factos que os motivaram e dos que lhes succederam, —os quais—reunidos—constituem um dos mais estupor dos absurdos de que temos notícia.

Eis os factos:

Um oficial do Exercito, o Tenente Alfredo de Souza Tavora, estando no quartel do Corpo Policial, onde era, como sempre, visitar uma vítima (não será?) do individuo que exerce actualmente o cargo de Chefe de Policia da Província (bacharel Milcades Augusto de Azevedo Pedra) é por este individuo provocado do modo o mais insultante e ignominioso, sob o pretexto de estar com o chapéu na cabeça no varandão de quartel em que faz bem achar-se nesse instante—elle—o chefe de policia, mas real e verdadeiramente porque o dito individuo Pedra, publica e notoriamente vota, e vota á esse distinto oficial (a quem se contesta?) um d'esses odios tão entrinados quão perigosos e só esperava uma ocasião azada para sobre elle arremessar-se.

O Tenente Tavora, cioso n^o da sua honra e dignidade pessoal, como da honra e dignidade da briosa classe á qua—se orgulha—de pertencer, reage contra o modo d'agradar porque elle é intima la a onus de desejar-se “que templo e que sacro recte!” e declara “que—ali—tira o seu chapéu porque respeita o Chefe da Policia da Província,—mas que—na sua —mão e fará jamais de inívido.” Pedra—porque este lhe causa nojinho sabemos se pela tal de vez de physico ou moral do dito indivíduo.

Em consequencia o Tenente Tavora é prezo, visonado e demoralizado em proposito das provas do referido Corpo Policial, e quem o proprio iniciou: edra chama as armas e manda que impeçam—“força” a saída do Tenente do Exercito, que vê porum o fôrco e o fôrco das prisões de polícia apontado, e, por um polio, protesta contra a polícia brutal e inconsciente, e, apesar do protesto, é—an inde por injúias verbais feitas ao chefe de poli-

cia (A) em exerceio de suas funções (B) e enviado prezo para o Estado maior do seu batalhão.

Recebido o prezeno auto de corpo de delicto ao Juiz de Direito e interrogado no dia seguinte o Tenente Tavora foi pelo mesmo Juiz mandado pôr em liberdade—por ser o crime de que era accusado,—«d'aqueles em que os réos—se livram sótios.»

Os officios transcriptos, sobresmando-lhe a execução, annularam os efeitos do alvará de soltura mandado passar pela unica authordade competente para conhecere do supposto delicto do Tenente Tavora, que continha prezo à disposição do fôro Civil (III) pelo Commandante das Armas,—à ordem e arbitrio do Presidente da Provincia, entanto que era processado civilmente, por delicto civil [tanto é certo que a Siberia é uma terra fértil e predestinada].

Das duas testemunhas inqueridas, uma —o Dr. José Caetano Nicotello Filho depôz á favor do Tenente Tavora, a outra, o Dr. Virgilio Tavares de Oliveira,—á favor do individuo Pederá—de quem era então companheiro de casa e meza—a cuja solvência (que dizem ter 40 contos de dôlares) pretendia e pretende ainda—em casamento.

Apesar de-justamente—suspida em Juizo, prevaleceu o dispolimento d'esta testemunha, sendo o Tenente Tavora condenado a—trez meses de prisão.

Não ha que admirar ahí:—
—azul! é este éter o qual é o estujião tagore,
tagore e mala-cruzeira! ahi!
—Tallidim Gózav! —Má, o
cuidado prestativo! o inabilitado,
—é! m'na-tod' int'lo,
—é! m'na-mibéri! —é! m'na-lapô!
—é! m'na-responsabilida! —é! m'
—é! e Juiz! —Sai! —Ole! —Fumar
—é! espô!

O Tenente Tavora apelou da comparação e sentiu-se julgado na Rel que da vez feita, quando faltou de um mês o ato d'apelação, teve tempo de chegar ao acórdão.

Vem s'para a sua causa de
processos espontâneos—brilhante, rica, p'ra'r do Procurador da Correia—o brilho dest' ob-
jectu qu'nde, e' um veado—pre-
ciam mos qu'—fiz elle bonito—
cham é ro' à ilustração do i-
mortal, cujo apreendido—vede
que mag' strido que o caramo, o

Sr. Dr. Alfiele José Vieira.

Est' paciê, it'icamente fa-
caval ao Tenente Tavora, pro-
testando a nulidade d'esse absur-
do processo, não só pelos vícios
insaneis n'elle contidos, como
por que o manifestou que o capela-
lise—não havendo, como não
ha, injúria alguma ao Chefe de
Policia, referindo pinas do mes-
mo Dr. M. J. Leal,—o qual antes
deu uma publica demonstração de
seus ressentimentos acastanhados
contra a Constituição, quando
decreta que tirava o chapéu, no
Côr. e d'Polícia, mas não o tiveria
—não riu—no individuo Pederá,
que abraçou a moje [expressão
equivalente à que não se pode ex-
plicar q.s.—at. 24] do Capitº Pe-
nalti... .

—Tentou—ha—s'nt'hoj' pre-
zo!—Tentou! Tavares! ha' 4 meses
(18 dias!) é d'ho prazo talvez a
l'infâncie, por que não vemos
razão—que o Presidente dê sua
assunção à Assembleia da R. Laga;
que o Presidente o processasse sem
que o Tenente Tavora—quando le-
á no dia de s'nt'hoj' alvará de sol-
tura do Juiz de Dr. S. . .

—S'nt'hoj' s'nt'ha um Aviso de
Ministério, dirigida, em respostá
á em o. c. o. d'la Presidencia da
Prov'ncia—sobre esses sumptos—
que o Presidente aprova o proce-
dimento da sua Presidencia.

Com'ra' certeza s'nt'hoj' o albu-
lado d'ele, —s'nt'hoj' qual o
sumo d'infâncie—

—Com'ra' certeza jurem S. N're o
Sr. M. I. S. d'la G. m'a d'la mis-
tigia, é de fato, revogado a com-
petência criminal das nossas Colégias
e Igrejas (J) m'ri'e t'na que t'a
Tavares não só porque faltou-lhe
m'ri'e para falar, —m'ri'e—
porque—o s'nt'hoj' uves e pinta-
de, —é m'ri'e—iñalá e l'is'—
l'is'—l'is'—l'is'—l'is'—l'is'—l'is'—
l'is'—l'is'—l'is'—l'is'—l'is'—l'is'—l'is'

—O Presidente Tavora apelou da
comparação e sentiu-se julgado na
Rel que da vez feita, quando faltou de
um mês o ato d'apelação, teve tempo de
chegar ao acórdão.

—Filipe Clímen Leijo

—É g'ra' que a palavr'a é pena,
a'pena é ouro e o castigo
d'China faltava de vulto no
acórdão, cujo apreendido—vede-

ctor sabemos—dmito amigo em
particular do Coro, respondemos
ao—cavaco pequeno—lo bondoso
collega, com o ouro dos dites bon-
zos, q'nos—numas eminentíssimas
pessoas,—tanto os da China d'lá,
como os da China d'câ.

Observações estranhezas de
um ingenuo leitor das partes po-
liciais de «Matto-Grosso»:

«Ora comprehendendo isto:—
A,—prezo por embriaguez; B,—
prezo por embriaguez; C,—prezo
por embriaguez; —o alfabeto in-
teiro—prez, por embriaguez!..

—Pois já é crime aqui o pi-
sa?

—Resposta de um bonzo da
China:
—A palavra é prata e o silen-
cio é ouro.

—É d'ho relatório do in-
díxide que exerce actualmente o
cargo de Chefe de Policia,—ba-
charel Afiliades Augusto de Ace-
vedo Pederá,—annexo à Presiden-
cia, dizermos, anexo (o relatorio)
ao da Presidencia da Provincia:

(Pouco mais ou menos). Uma
das principais causas de crimes é
o p'riso, e como tal (integramen-
te) a deve ser suprimido »!!! .

Pois o indíxide Pederá quer sup-
rimir o p'riso? .

—E sempre, e morre! ..

Histerograma e—enquanto
—é! —mas harmonize e su-
blime!

O Tribunal eclesiastico comi-
do para processar e condenar o
Conde Joaquim de Souza Almeida,
vigário collado da Sé do Largo, e
compõe-se dos seguintes elemen-
tos:

—Juiz,—o Governador de Me-
pado.

—Presidente—um Conselheiro—
Conselheiro militar!

—Promotor,—um ——já dito

—Advogado! —Ela lucra chama-se á isto—
—é! —é! —é! —é!

As bestas pareça, que não sa-
bam latir, creio que é o de
de m'ri'e!

Pois o o é quer dizer, é m'ri'e
de que m'ri'e de m'ri'e, porque
a'pena é ouro—o castigo
d'China faltava de vulto no
acórdão, cujo apreendido—vede-

—E' não ha que adular o vulto
da pena de m'ri'e que a gente e geral

Sobre esta contão-nos muitas coisas; por exemplo:

— Que o Conego Santos (o escrivão do supradito tribunal) vai ser iniciado na Loja Estrela do Ocidente, onde exercerá o cargo de Ir.: Terrivel, na falta do de Fabriquicero, que se creará;

— Que, em compensação, o antigo Orador dessa Loja [o alludido promotor], será nomeado Sachristão-mór da Sé Cathedral, emprego que por conveniências da mesma curaria lhe cederá aquelle Rev. Conego, que não precisa d'ele, porque ocupa outros muitos;

— Que do dia da condenação do Padre Caldas em diante (se for condenado), a Augusta Loja ao Valle de Cuyabá, funcionará na Sacristia do Santíssimo Sacramento da Sé,—pela mesma razão porque o individuo Pedra, mora na Secretaria da Policia, com sua família, parentes, adherentes, paraguayos e paraguayas;

— Finalmente, que um bonzo da China andará pelas ruas d'esta uberrima cidade á apparelhár o caminho para a nova éra, com estas significativas palavras:

«Caríssimos irmãos e filhos mui amados!»

A estrela do pastor irrompe lúcida e fagueira entre—as columnas do templo de Hiram, enquanto o triangulo sagrado coroa a cruz do frontespicio das Cathedræs!.

O malhete do venerável appoia-

se fraternalmente ao baculo episcopal; o Filho da Viúva decora o Flós Sanctorum, ou trabalha na pedra bruta ao som das ladaínhas de maio—e do alto dos pulpitos róla ao coração das turbas admiradas e extáticas a palavra macula dos levitas pregando a luz, o progresso, a liberdade,—tal qual como quaesquer pedreiros livres.

Hyram forma com S. Pedro a cadea symbolica e trocam a palavra de ordem.

Tudo está justo e perfeito.

Morreu a hipocrisia:

Parce sepultis.

Que a paz do senhor seja vosco e—que reine o silencio.... porque «a palavra é prata e o silencio é ouro!»

Que S. Ex. o Snr. Presidente visite a Freguesia do Livramento, isto é, uma das localidades da Província que administra,—comprehende-se.

Mas o individuo Pedra,—que foi lá fazer?

Tinha acaso em perspectiva algum feliz ensejo de pôr em actividade aquelle celeberrimo *tino e perspicacia* de que rezou um dia a defunta *Situação*?

Contava introduzir algum melhamento n'aquelle pacata freguezia onde o pifão é desconhecido?

Ou lá foi somente por não largar a pessoa do Presidente?

LITERATURA

O CONDENADO

Na senda perenial dos tempos infinitos,
Seguia tristemente um velho esfarrapado;
Os labios lhe crispava o riso dos precios,
Luzia-lhe na fronte o crime desvairado.

Fuzia a cada passo esforços inauditos,
Tremendo a embriaguez do vicio e do peccado:
No entanto o deslito, afflito entre os afflictos,
De sua regio diadema estava coroado!...

Seguia seu tener, mas eis que de repente
E um brado altisonante humilde se commove:
— «Quem és tu?» lhe perguntara o archiamigo da verdade;

— «Falso!», fiz o malheto, o seculo presente,
Que renegrou seu paes—o grande Oitenta e Nove,
Inspirado em sua mãe—a Santa Liberdade!...

Alfonso Cels Júnior

A' Pedido



Mon cœur est plein—je veux pleurer.
Lamartine.

A província de Matto-Grosso acha-se em dolorosa consternação pela sensibilissima perda dum dos seus mais importantes e dilectos filhos,—o Barão d'Agnapehy.

Após um mez e dias de amargurados sofrimentos, sua alma candida desprendeu-se do involucro da carne e voo sem peias para o seio da Divindade.

Ainda hontem a mão mirrada da morte ceifa a preziosa vida da Baroneza do Diamantino, que era o espelho das mãs de familia;—hoje arrebata-nos aquele que fazia honra à província, e que abre um vacuo difícil de preencher-se.

Ninguem, que se relacionou com o illustre finado jámais deixou de apreciar a bondade de seu coração e a nobreza de seu carácter.

A delicadeza e maneiras atenciosas com que se dignava de receber a todos, captavão o mais pronunciado affecto de quantos o cercavão.

Morreu!!!!

O seu corpo descanso das fadigas de uma vida gloria, a sua alma frui as delícias da bemaventurança e o seu nome perpetua-se na memória dos matto-grossenses.

Ninguem que soffresse jámais deixou de achá nas suas palavras, repassadas de piedade, um lenitivo de sua dor.

Quando tinha de emprehender uma viagem demorada, prescindindo de sua elevada posição social, não se julgava exaltado em tocar á mais humilde e denegrida casincha para, com a affabilidade que lhe era peculiar, despedir-se de seu habitante e oferecer-lhe sempre prestimos.

Quando prestos a embarcar-se com os olhos rasos de lagrimas e a voz presa na garganta, não se esquecia de conchegar ac peito umas das que lhe havião acompanhado até á borda do rio.

Um varão benemerito, como este, quando se oculta no occaso da eternidade, a terra que o viu nascer tem bastante motivo para submergir-se por muito tempo no pâlagos de profunda dor.

Amigo do finado e soldado do partido, de que elle era distinto chefe; venho também pagar-lhe meu tributo de gratidão e amizade.

Cuyabá, 19 de Janeiro, de 1879.

Thomé Ribeiro de Siqueira